

COTIDIANO SINDICAL: ENTRAVES E BANDEIRAS

Rejane Pinto de Medeiros

*Pesquisadora do Depto. de Sociologia da
Fundação Joaquim Nabuco e Mestre
em Sociologia pela UFPE*

Os anos setenta presenciaram, não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, a emergência de novas práticas que demandaram reformulações nas perspectivas analíticas, levando ao estudo de problemáticas setoriais e atores específicos (Calderon e Jelin, 1987). Nesse sentido foram desenvolvidos inúmeros estudos em nosso país, durante os anos oitenta, enfocando os movimentos sociais que se articulavam criticamente contra o regime militar, extrapolando o sistema de representação vigente e expressando a sua insatisfação contra o sistema. Dentre esses, ganhou destaque, a partir das greves metalúrgicas de 1978, em São Paulo, um novo personagem no cenário político, elaborado a partir das experiências do operariado nos bastidores das unidades produtivas e nos porões da ditadura: o Novo Sindicalismo.

O Novo Sindicalismo, que precedeu a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a fase de maior liberdade de expressão e organização em nosso país, emergiu, junto com outros movimentos sociais, trazendo como "base de identificação coletiva" (Przeworki, 1989) a luta pelo livre exercício da cidadania. Para o sindicalismo isso se traduzia em liberdade e autonomia de organização dos trabalhadores. Durante o seu trajeto, como recurso político e ideológico, na demarcação do espaço de representatividade da futura central, o discurso de suas lideranças era marcado pela alternância de utilização dos termos "classe trabalhadora" e "classe operária".

Havia, ainda, a necessidade de acentuar a ruptura com o discurso corporativista, praticado pelos dirigentes sindicais comprometidos com o Governo e com os patrões, assim como era preciso firmar as bases de um processo de conscientização dos trabalhadores.

A diversidade na constituição da base social da CUT, as mudanças verificadas ao nível da objetividade e do real e a dinâmica do próprio movimento exigiram a ampliação do conceito clássico de proletariado. A complexidade da sociedade contemporânea, onde se observa a proletarianização crescente de setores da população e o crescimento das camadas médias, compõe um quadro bem diverso da sociedade que Marx estudou. Por esta razão a análise das classes sociais avançou para uma abordagem multifacetada, onde são trabalhados "o nexos entre as formas do processo de trabalho e contextos históricos, políticos, culturais e ideológicos específicos" (Guimarães e Castro, 1987:10).

As discussões teóricas também levaram a uma maior atenção à dinâmica inerente às classes, exigindo uma redefinição das relações que determinam as bases objetivas de formação das classes (Przeworki, 1977). E a realidade concreta, de uma sociedade composta por grupos instáveis e camadas de difícil definição, conduz a uma concordância com Thompson, quando ele se refere à noção de classe:

Como qualquer relação é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. (...) A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus. (Thompson, 1987:9-10)

Assim, o Novo Sindicalismo e depois a CUT, para firmar-se enquanto representação dos trabalhadores - produtores diretos ou assalariados não-manuais - recorria ao termo genérico classe trabalhadora que ia, aos poucos, materializando a sua existência e incorporando nas atividades de seus agentes, ou de seus opositores, uma identidade social conhecida e reconhecida, produto de uma

longa e lenta elaboração coletiva (Bourdieu, 1989).

A partir de 1983, a CUT, assumida enquanto entidade constituída para a representação da classe trabalhadora, embora fundada à revelia da legislação vigente, que proibia a organização horizontal, reunindo mais de uma categoria, foi firmando suas representações regionais por todo o território nacional.

O estatuto aprovado pelos militantes presentes ao congresso de criação dessa central destacava três pontos básicos, reafirmados a cada CONCURT - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores:

*... se regerá pela mais ampla democracia...
garantindo a mais ampla liberdade de
expressão das correntes internas de opiniões...
(artigo 3)*

*... orienta sua atuação no sentido de fortalecer
a luta e a organização de base dos
trabalhadores... (artigo 5)*

*... luta pela mudança da estrutura sindical
brasileira, corporativista, com o objetivo de
conquistar a liberdade e a autonomia sindicais...
(artigo 6) (CUT, 1984:178).*

A prática, a imprensa e vários estudos apontam para uma enorme dificuldade interna em preservar essas bandeiras no cotidiano. A impossibilidade de combinação do *ethos* socialista com a necessidade de garantir conquistas imediatas, assim como a inserção de seus filiados na estrutura arcaica são pontos nevrálgicos assinalados por Armando Boito (1991) e Leôncio Rodrigues (1990) e observados durante a nossa convivência com os militantes vinculados a essa central. A preocupação com essa questão gerou uma proposta de pesquisa onde se procurou analisar a prática cotidiana dos sindicatos cutistas, enquanto unidades produtoras e executoras de uma política voltada para a construção de uma central sindical classista, democrática, autônoma e sintonizada com a base que a constitui.

O período de consolidação e de reconhecimento desse novo sujeito - a CUT - pela sociedade brasileira, coincide com a perda da centralidade do movimento operário sul-americano na política e na economia (Calderon e Jelin, 1987). E ainda mais, com a redução da influência do sindicalismo nos países desenvolvidos, como

resultado das transformações tecnológicas mundiais (Rodrigues, 1990).

Contemporânea dos novos movimentos sociais e extemporânea dos seus pares, essa central trabalha com um operariado reduzido pelo aumento da automação e pelo declínio de setores econômicos onde o sindicalismo costumava se apoiar mais solidamente. A convivência com o crescimento considerável do setor de serviços e a extensão do direito de sindicalização aos funcionários públicos contribuíram para a mudança gradativa do perfil da CUT nos anos noventa.

As peculiaridades inerentes à história dessa entidade e o papel desempenhado por ela exigem um esforço conjunto daqueles que analisam o movimento sindical brasileiro, integrante ativo do cenário político nacional na última década, no sentido de acompanhar o processo de elaboração da sua identidade e de sua ação.

A escassez de estudos sobre a CUT, em Pernambuco, e o importante papel desempenhado por essa unidade federativa na construção dessa história constituíram os principais fatores determinantes para a escolha desse estado como área de abrangência do nosso estudo, bem como a nossa experiência na área referida.

O critério privilegiado para efeito de delimitação das unidades amostrais - os sindicatos filiados à CUT - foi a maior representatividade destes junto à direção estadual da Central. Os dados foram coletados durante o ano de 1991, através de entrevistas, observação das diversas atividades organizadas pelas diretorias e seleção de material de arquivo.

UM NOVO FAZER POLÍTICO

Utilizando como suporte logístico os sindicatos oficiais, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, a CUT nacionalizou a sua experiência e a ousadia de funcionar, enquanto Central, à margem da legislação vigente. A contemporaneidade das histórias vividas pelos militantes das mais diferentes regiões do país, que tinham "um nó na garganta", depois de anos sem liberdade de organização e expressão, facilitou a multiplicação dos núcleos pró-CUT.

Os sindicatos selecionados para esse estudo - SINDPD (Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado de Pernambuco) e SINTTEL (Sindicato dos Trabalhadores em

Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Estado de Pernambuco) - acompanharam a trajetória da CUT-PE através da atuação, inicialmente, de suas principais lideranças e depois, enquanto entidades filiadas e membros da diretoria estadual da Central. Os depoimentos dos diretores do SINDPD e do SINTTEL revelam uma intensa atividade política nos bastidores dessas categorias entre 1978 e 1980. O primeiro grupo vivia, a nível local e nacional, a organização da categoria, surgida recentemente, com a adoção, no Brasil, de inovações tecnológicas que demandaram mão-de-obra especializada. O segundo grupo, inspirado no exemplo do operariado paulista e insatisfeito com o processo de desgaste provocado pelas perdas salariais, concorreu à eleição de 1980, dividido em duas chapas de oposição. Elas refletiam a desarticulação, o espontaneísmo e o corporativismo interno à categoria. Em 1983, mais amadurecidos politicamente e contando com o apoio de direções sindicais ligadas à CUT, conseguiram ganhar a eleição através de uma chapa unitária, somente empossada após seis meses de disputa jurídica.

A partir de 1985, os dois sindicatos começaram a acumular trabalho devido à responsabilidade assumida junto à direção estadual da CUT. A filiação formal dessas entidades, entretanto, exigiu um tempo maior de discussões pois somente em 1987 houve a formalização do vínculo, depois da aprovação da base, em assembléia convocada com esta finalidade.

O percurso trilhado pelo SINDPD até a filiação à CUT passou pela criação de uma Associação Profissional e a organização de uma nova categoria, dispersa entre inúmeras unidades produtivas, tanto do setor privado como do público. Nasceu sem a dependência de um assistencialismo praticado pela quase totalidade dos seus pares.

O nascimento do grupo que assumiu a direção do SINTTEL trouxe a marca de uma oposição à esquerda, de divisão ideológica na categoria, além da herança de uma estrutura sindical viciada com o assistencialismo e o corporativismo. O trabalho de reformulação estrutural e financeira enfrentado durante a primeira gestão envolveu a todos, de forma tão intensa, que as divergências internas foram minimizadas, permitindo a convivência cotidiana das seguintes tendências: Articulação, CUT pela Base e Convergência Socialista.

O processo de inserção na estrutura arcaica e a construção de uma nova proposta de central sindical, não reconhecida pelo Estado, marcou o percurso dos sindicatos estudados, propiciando avanços e recuos quanto às propostas de democracia interna defendida por todos os diretores entrevistados. Os depoimentos gravados e as práticas observadas repetem o perfil apresentado por Leôncio Rodrigues (1990) e as análises feitas por Ricardo Antunes (1991) quando constata a dicotomização da CUT. Nesse sentido, estaria reforçada a possibilidade de se considerar esses sindicatos pernambucanos como uma representação local de um cenário nacional.

DEMOCRACIA INTERNA E HEGEMONIA

O II Congresso Nacional da CUT - II CONCURT, realizado em 1986, assim como a fundação de outra central, a Central Geral dos Trabalhadores - CGT, nesse mesmo ano, marcaram o início de uma nova etapa, com o acirramento da luta interna e a explicitação, para a base, do alinhamento político das suas lideranças.

O depoimento de um diretor do SINTTEL ilustra bem o efeito dos embates vividos pelos diversos matizes ideológicos, durante os Congressos Nacionais, sobre o dia-a-dia das entidades:

A gente trabalhava, mais ou menos, todo mundo igual. Era todo mundo junto... até 1986, no II CONCURT... a gente não conseguia, ainda, identificar as reais divergências do movimento... até no campo da CUT se escamoteava um pouco essa discussão. 1986 foi um marco. Aí já se colocaram, mais ou menos na mesa, as diversas posições políticas, mesmo de forma não explícita... A gente viu que precisava conversar mais, discutir mais política e que tinha algumas coisas que agente pensava diferente... Aí veio o Congresso de 1988... esse momento foi complicado politicamente pra gente aqui, quer dizer, as consequências dessa ruptura aí, com todo o processo de discussão, deixou a gente meio baratinado aqui dentro... Mas foi extremamente positivo do ponto de vista político.

Eu acho que forçou a gente a encarar essa discussão... e até a aprender a conviver com essa diversidade... Eu me lembro que quando agente começou a primeira gestão, uma das coisas que se colocava pra gente, a nível do movimento externo [ao sindicato], é de que a primeira gestão é assim mas depois, o pau começa a quebrar: é a disputa pelo poder.

O aguçamento da percepção dos integrantes da direção do SINTTEL para as diferenças políticas internas coincide com a gradativa definição dos indivíduos por uma das tendências atuantes na categoria. Ao final da primeira gestão quase todos já se alinhavam com algumas dessas propostas, diminuindo, cada vez mais, o agrupamento dos que se colocavam como independentes.

Nas discussões das próprias questões da categoria, a gente chegava a se perder um pouco em cima da disputa. Eu acho que eu definiria como uma grande imaturidade da gente em conviver com aquela situação... a gente não sabia muito como tratar, politicamente.

Mesmo sentindo-se despreparados para alguns momentos essas lideranças eram forçadas a tomar as decisões. As demandas do cotidiano sindical exigiam respostas rápidas e imediatas. A reflexão sobre o vivido nem sempre atendia aos ensaios de quem se empenhava em construir uma nova proposta sindical ou, segundo outros, a reconstruir o velho.

Mas a gente já tem, hoje maturidade para chamar uma reunião pra discutir especificamente isso: nossas divergências são essas e essas. Agora, aqui, a gente tem que caminhar juntos.

A partir da crise, vivida após o III CONCURT, o grupo à frente do SINTTEL aprende a trabalhar as questões políticas internas, construindo uma unidade a partir da diversidade das forças presentes na diretoria, colocando as questões da categoria e da administração do sindicato como prioridade. Mas, para chegar a essa etapa, onde a Articulação e a CUT pela Base assumem uma mesma proposta de chapa, passaram, antes, pela exclusão da Convergência Socialista do acordo celebrado para a disputa eleitoral,

realizada em 1990.

Muitas vezes você tem uma direção que tem diversas correntes, mas ela não consegue atuar enquanto direção, ela não tem um projeto comum, ela não tem um pacto. Onde você não tem a unidade na diversidade ou o consenso no dissenso, você tem uma luta fratricida, você faz [torna] o sindicato paralítico, ele deixa de ser um projeto enquanto direção.

A fala do diretor do SINDPD coincide com a visão da direção do SINTTEL quanto à necessidade de acordos entre as tendências para garantir a execução de um programa de ação. A prática observada e o discurso dos que estão à frente das categorias enfocadas mostra uma estreita vinculação entre democracia, voto e ação, onde a proporcionalidade é um instrumento e não um princípio. Nessa perspectiva, não há democracia se não for possível encaminhar as deliberações e estas dependem, por sua vez, do estabelecimento de pactos e não da simples distribuição de cargos.

As forças políticas aleijadas do poder nessas entidades - ou por não participarem da diretoria, ou por ficarem isoladas dentro dela - discodem da interpretação dada à proporcionalidade e denunciam o uso do voto nominal como um reforço ao corporativismo de empresa. Reivindicam o direito a um espaço no jornal do sindicato pois consideram-no um instrumento de comunicação da categoria e não da diretoria eleita.

EM SINTONIA COM A BASE

No IV CONCURT, um dos sete eixos estratégicos centrais aprovados reflete a fragilidade da central quanto à sua relação com a base e a dificuldade de implantar Comissões de Trabalhadores - CTs nas empresas.

Priorizar e intensificar o trabalho de organização de base, consolidando a estrutura da CUT, condição indispensável para a viabilização da proposta de contrato coletivo em estreita relação com o processo de permanente educação sindical e política dos trabalhadores. (CUT, 1991:6)

Assoberbados com as tarefas burocráticas, indispensáveis ao funcionamento dos sindicatos, os entrevistados vivem a angústia de não poder atender à base e aos seus desejos (conversar com os colegas de trabalho, ir ao “intestino da empresa”) e ter que envolver-se com tarefas internas, indo ao reboque da conjuntura de crise e de recessão econômica.

Na hora em que você deixa de encaminhar bem algumas questões administrativa-burocráticas, acaba chegando na base [o reflexo]... é um jornal que não chega na hora certa (...) é uma série de questões burocraticamente mal transadas que acabam atingindo a categoria.

Na tentativa de conseguir maior eficiência administrativa e a consequente liberação dos diretores de atividades ligadas a esse setor, as entidades analisadas investiram na modernização organizacional da máquina burocrática. A concentração de recursos nessa meta provocou o adiamento dos programas definidos para o setor de formação e de imprensa.

Premidos pela conjuntura recessiva e as constantes ameaças de demissão as categorias se retraíram durante o Governo Collor, período de realização da pesquisa.

A gente vive, ultimamente, uma fase de campanha salarial permanente.

O esforço em atender às demandas da categoria estava, naquele momento, contribuindo para criar um “sindicalismo de massa no imediato”, como colocou um diretor do SINDPD: um trabalho constante de luta defensiva, em busca da reposição de perdas salariais, de garantir a sobrevivência.

Enquanto o SINDPD havia conseguido estruturar cinco CTs, nas estatais, e eleger seis delegados sindicais para atender às empresas privadas, o SINTTEL apenas começava esse trabalho, investindo mais em outras instâncias de base: diretor de base, uma associação de empregados funcionando enquanto CT, sub-sede em quatro regiões distintas do estado de Pernambuco e CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

Os dados fornecidos pelas secretarias dos dois sindicatos comprovam uma evolução no quadro de associados de cerca de 7% ao ano, de 1986 a 1991, levando aos seguintes resultados: 85,7% de sindicalizados no SINTTEL e 69,1% no SINDPD. Tais percentuais

mostram-se extremamente significativos quando se tem como referência uma conjuntura marcada pelos efeitos da recessão econômica, revelados, por exemplo, na elevada taxa de desemprego verificada nos últimos anos. Mesmo não contando com CTs funcionando segundo a proposta inicial da CUT - "independentemente das organizações sindicais" (CUT, 1988:11) - as duas unidades apresentam evidências de uma certa sintonia com a base, crescendo enquanto referência, junto às suas respectivas categorias.

CONSOLIDANDO A CENTRAL

Não foi observada qualquer atitude contrária à proposta defendida pela CUT mas certa resistência à concessão de diretores, componentes da atual gestão, de ambos os sindicatos, em tempo integral, para atuar na Central. É interessante considerar, nesses casos, também, a questão pessoal subjacente, ou seja, a sobrecarga resultante da deliberação sobre o grupo que permanece "tocando o dia-a-dia" com a categoria, com a burocracia da máquina e com "atividades de bastidores". Esses, ocupados com tarefas que "não colocam o sujeito na vitrine", ficam mais expostos às cobranças da base.

A convivência entre as entidades cutistas, defensoras da liberdade e da autonomia sindical, e a estrutura corporativa não é, na linguagem de um dos diretores, uma união sem choques: é uma vida em "concubinato". Um relacionamento marcado pela quebra das regras impostas pelo Estado e pela alteração, periódica, desses limites.

O exame detalhado do percurso trilhado pelos sindicatos pesquisados traz à tona uma série de ações que traduzem um esforço na perseguição do ideário do Novo Sindicalismo e da CUT. Dizem respeito à modificação de uma estrutura e de hábitos presentes no mundo do trabalho, herdados de períodos anteriores, quando a maior parte dos sindicatos, hoje filiados à CUT, atuavam como agências estatais e postos de saúde.

A direção que assumiu o SINTTEL, em 1984, encontrou-o sobrecarregado de dívidas e com um serviço médico-odontológico que ocupava espaço na sede, além de comprometer o orçamento da entidade. A partir de 1991, por deliberação da categoria, o assistencialismo foi extinto. O SINDPD já nasceu sem esse vício.

O imposto sindical, outro fator de dependência característico do atrelamento, não representa parcela significativa nas finanças das entidades e o trabalhador que desejar tê-lo de volta precisa apenas comunicar por escrito.

Em 1985, os telefônicos de cinco estados (Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais) formaram uma federação paralela à estrutura oficial, após tentarem democratizar a outra - FENATTEL -, já existente, defensora de um "sindicalismo de resultados". A nova - FITTEL - congregava, em 1991, 60% dos trabalhadores da base nacional, conseguindo o seu registro oficial e se firmando como representação nacional.

O SINDPD, desde o início, desafiou a legislação, admitindo, nos seus quadros de direção, trabalhadores considerados externos à categoria pelo enquadramento sindical. Forçaram, ainda, o reconhecimento da Associação Nacional de uma estatal federal como representante oficial dos trabalhadores, durante campanhas salariais. Negociaram acordos coletivos, com empresas públicas, quando ainda não era permitido por lei.

Em 1989, o SINTTEL fez a primeira Campanha Salarial Extraordinária, considerada um marco na história da entidade porque rompeu com a limitação de somente negociar salário na data base estabelecida pela legislação. Promoveu, também, reformulações no seu estatuto - em 1987 e 1989 - visando, basicamente, a ampliação da diretoria e a democratização da entidade. E incorporou à sua base, desde 1988, os trabalhadores de empresas privadas, organizados em função de contratos mantidos com as estatais da área.

O exercício de uma relativa autonomia frente ao Estado mostra-se como elemento de ruptura de antigas limitações às atividades sindicais, impostas por uma legislação e plenamente corroboradas ao longo dos governos militares. As posturas contestatórias, associadas àquela busca da "liberdade e autonomia", tão presentes no discurso da CUT, têm propiciado avanços, ainda que lentos, mas constantes, que atestam um esforço em perseguir as bandeiras básicas gravadas nos estatutos de fundação dessa Central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira fase vivida pela CUT e por seus organismos de base, as associações profissionais, as oposições e os sindicatos, ficou marcada pelo trabalho fora da estrutura sindical oficial e pela apropriação dessas instituições como espaço público operário. As experiências de ruptura com o *status quo* do sindicalismo brasileiro delineou o perfil inicial da proposta, contribuindo para caracterizar essa primeira fase como de *paralelismo e ilegalidade*.

A seguir, veio a fase de *reestruturação e legalismo*, quando, percebendo a necessidade de reforço da infra-estrutura, as direções procuram modernizar a máquina estatal na tentativa de se desvencilharem dos entraves burocráticos. A convivência com o fazer sindical vai dando mais segurança e ampliando a visão de mundo para a maioria dos novos quadros, forjados durante a década de oitenta. As lideranças vão fazendo as suas opções ideológicas, a luta pelo poder se intensifica e a democracia interna começa a ser questionada. A convivência fraterna vai, aos poucos, se transformando em "lutas fratricidas". A falta de uma visão crítica sobre a linha de atuação das tendências aparece como um ponto de estrangulamento do diálogo, prejudicando o trabalho com a base, embora conduzindo a uma reflexão e um amadurecimento políticos.

A etapa mais recente, marcada pelo imediatismo e pelo economicismo, pode, talvez, ser caracterizada como uma fase de *interiorização*, quando as questões da categoria e da base voltam a ser prioridade no cotidiano das lideranças. A estruturação interna e a revalorização de organismos pré-existentes auxiliam no enfrentamento de uma conjuntura adversa para o sindicalismo brasileiro. Fase em que a luta cotidiana implícita, como refere Castoriadis (1985), difícil de constatar e observar, torna-se, praticamente, a única alternativa.

Premidos pela recessão e provocados pela Força Sindical no cenário político, a CUT e os seus filiados, obrigados a investir, também, na disputa externa, poderão encontrar caminhos para continuar a assegurar a convivência entre as tendências, reforçando a coesão interna, necessária à preservação do seu papel de representação nacional. E, através de avanços e recuos, rupturas e continuidades, observados no seu cotidiano, tentar preservar, na prática, as bandeiras do Novo Sindicalismo, cada vez mais atuais e

necessárias para o enfrentamento da crise e das mudanças que atingem a classe trabalhadora.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.
- BOITO JR., Armando (org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- CALDERÓN, Fernando, JELIN, Elizabeth. Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina. Perspectivas e Realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 2, n. 5, out., 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUT - Central Única dos Trabalhadores. *I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo e Presença, 1984.
- . *Resoluções do 2o. Congresso*. Rio de Janeiro: CUT, 1986.
- . *3º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - 3º CONCUT (Resoluções)*. São Paulo: CUT, 1988a.
- . *Estatuto da Central Única dos Trabalhadores*. São Paulo, CUT, 1988b.
- . *Resoluções do 4º CONCUT*, São Paulo: CUT, 1991.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A., CASTRO, Nadya Araújo. Movimento Sindical e Formação de Classe - Elementos para uma Discussão Teórico-Metodológica. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 4, 1987.
- MARONI, Amnéris. *A Estratégia da Recusa (Análise das Greves de Maio/78)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARX, K., ENGELS, F. *Acerca de los Sindicatos*. México: Ediciones Quinto Sol, s.d.
- MEDEIROS, Rejane Pinto de, ALBUQUERQUE, Maria José de, CORCIONE, Domingos (coords.). *Perfil do Movimento Sindical Urbano de Pernambuco - 1986/87*. Recife: CEAS; Recife: FUNDAJ, 1989.

- PRZEWORKI, Adam. O Processo de Formação das Classes. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, n. 16, 1977.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: Os Militantes e a Ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. I. A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.